

## A história política do golpe de 1964 e do regime militar: balanços e perspectivas

 /tempoeargumento

 @tempoeargumento

 @tempoeargumento



**Marcos Napolitano**

Universidade de São Paulo

São Paulo, SP – BRASIL

[lattes.cnpq.br/1250692781738939](http://lattes.cnpq.br/1250692781738939)

[napoli@usp.br](mailto:napoli@usp.br)



[orcid.org/0000-0002-5336-2350](https://orcid.org/0000-0002-5336-2350)



<http://dx.doi.org/10.5965/2175180316422024e0301>

Recebido: 02/05/2024

Aprovado: 15/07/2024

Editora Responsável:

Mariana Joffily

Universidade do Estado de Santa Catarina

[orcid.org/0000-0002-2332-672X](https://orcid.org/0000-0002-2332-672X)



## A história política do golpe de 1964 e do regime militar: balanços e perspectivas<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo propõe um balanço historiográfico sobre o campo da história política do golpe de 1964 e do regime militar, ao mesmo tempo em que sugere novas perspectivas de análise centradas não apenas no processo golpista em si, mas também em dois outros temas: o funcionamento do modelo político do regime militar, com destaque para a articulação entre repressão legal e terrorismo de Estado e para o lugar dos Atos Institucionais como instrumentos políticos, para além de uma mera “fachada jurídica”, e o histórico acidentado da “Abertura política”, como resultado da dialética entre o regime autoritário e campo das resistências democráticas. Por fim, o texto também destaca a importância da crítica da memória social do período para o campo da história política, visando à revisão da periodização consagrada pela vertente liberal da oposição que reduz o caráter ditatorial propriamente dito do regime ao período dos “anos de chumbo”.

**Palavras-chave:** regime militar - história política; história política - ditadura militar; Brasil - história política; Brasil - repressão política.

## Political History of the 1964 coup and the military regime: balances and perspectives

### Abstract

This article proposes a historiographical assessment of the field of political history on the 1964 coup d'État and the military regime in Brazil, while suggesting new perspectives of analysis centered not only on the “coup process” itself, but also on two other themes: the functioning of the policy of the military regime, with emphasis on the articulation between legal repression and State terrorism and the turbulent history of “Political Opening” as a result of dialectic between the authoritarian regime and the field of democratic resistance in civil society. Finally, the text also highlights the importance of criticizing the social memory of the period, aiming to review the periodization consecrated by the moderate liberals that reduces the dictatorial character of the regime itself to the period of the “years of lead” (1969-1974).

**Keywords:** military regime - political history; political history - military dictatorship; Brazil - political history; Brazil - political repression.

“O que é golpe? Golpe é tanque na rua, é arma, é conspiração. É trazer classes políticas pro seu lado, empresariais. Nada disso foi feito no Brasil” (Jair Bolsonaro, ex-Presidente da República, em comício, São Paulo, 25 fev. 2024)

<sup>1</sup> Este artigo é o resultado de pesquisa apoiado pela FAPESP, Processo 2022/06032-0. O autor também é bolsista CNPQ/PQ.

“Se você olhar o que aconteceu em março de 1964, não houve um planejamento milimétrico. Não é assim que a história é construída. Quando o Mourão desceu de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, ele não tinha um plano milimétrico do que ia acontecer. Ele desceu. Se tivesse havido resistência, o desfecho talvez pudesse ter sido outro. Não houve. Então, a história é construída no calor dos acontecimentos” (Ricardo Capelli, ex-secretário executivo do Ministério da Justiça, Documentário “8/1 – A Democracia Resiste”, Globonews, 2024).

Os acontecimentos recentes na História do Brasil, entre a eleição presidencial de outubro de 2022 e o *putsch* da extrema-direita contra o governo eleito em 8 de janeiro de 2023, trouxeram de volta os fantasmas do golpe de Estado à cena política, tradição que parecia superada pela consolidação do regime democrático-liberal pós-1988.

As duas falas citadas na epígrafe deste artigo traduzem a percepção do golpe de Estado como sequência de eventos nem sempre planejada, submetido aos imprevistos do tempo histórico curto e acelerado, típico das crises político-sociais. Além disso, nos levam a refletir sobre o papel da memória de golpes passados que funcionam como uma espécie de guia geral de ação e reação, por parte dos atores políticos, em relação aos acontecimentos em curso. No caso do 8 de janeiro, poderíamos utilizar o clichê marxista da história que se repete como farsa, sem esquecer que, tal como no texto famoso de Marx, a farsa poderia gerar uma nova tragédia.

Ambas as falas apontam para a memória de golpes passados, sobretudo para um dos eventos mais disruptivos do século XX brasileiro – O golpe de Estado de 1964. Esse foi um golpe “com tanques, armas e conspirações”, mas também foi marcado por ações intempestivas, pela indeterminação de sentido, pela ausência de reações de lideranças golpeadas, em contraste com a capacidade dos golpistas de agir rapidamente diante do imprevisto. O fato de destacarmos a indeterminação na cadeia de eventos conectados ao golpe de Estado e a importância da memória para orientar ou desorientar a ação dos atores não exclui a necessidade de pensar o processo golpista como fruto de um projeto político-ideológico de conquista do Estado. A meu ver, esses três elementos – sensibilidade historiográfica para a indeterminação, análise do papel da memória

política e percepção dos projetos em disputa – têm sido a base de uma nova história política do Golpe de 1964.

Nas análises mais consolidadas sobre o golpe e a própria ditadura, a historiografia de ofício foi tributária tanto das memórias sociais consolidadas, sobretudo a memória liberal construída pela crônica jornalística publicada durante a ditadura, como de outras áreas do conhecimento pautadas por modelos teóricos mais rígidos. Não raro, a historiografia, muitas vezes foi vista como produtora de conhecimentos meramente factuais para serem processados por modelos teóricos oriundos de áreas como a sociologia e a ciência política. Em si mesmo, isso não seria um problema, dada a natureza dessas áreas, com mais instrumental teórico para construir explicações e análises normativas e paradigmas explicativos de processos políticos estruturais e institucionais recentes ou contemporâneos. Tampouco, trata-se de defender qualquer corporativismo no campo do conhecimento histórico. O mais importante é se perguntar qual seria a contribuição específica de historiadores, e suas ferramentas teóricas originais para entender 1964, bem como para revisar a história política do regime militar.

Nesse sentido, uma nova história política do golpe do regime militar poderia explorar as incertezas, hesitações, tensões entre o “espaço da experiência” e o “horizonte de expectativas” que se colocaram para os atores no momento dramático da ação. Poderia analisar com mais profundidade o papel da memória social como guia das ações dos protagonistas da época e sua influência em uma pauta historiográfica. A partir da redução da escala de observação dos eventos, poderia colocar sob escrutínio a relação entre o processo aberto pautado na análise detalhada dos eventos de 1964 e cotejá-lo com os enquadramentos estruturais na gênese de uma nova estrutura política que foi a base do regime militar (Revel, 1998). Obviamente, não se trata de defender a volta a uma história política baseada no voluntarismo individualista dos heróis, no predomínio da agência sobre a estrutura, na prioridade das narrativas institucionais ou de atores sobre si mesmos, na sucessão linear de fatos “empíricos” com base em causas e efeitos (Silva, 2014).

Essa nova história política sobre o golpe e sobre o regime militar deve dar conta do passado enquadrado pela memória que (des)orienta a ação, da indeterminação constitutiva do momento presente, da imprevisibilidade relativa dos projetos políticos de futuro. Deve, igualmente, perceber a tênue conexão entre agência e estrutura, consciência e alienação, ideologias e interesses fisiológicos, indivíduos e coletivos, lideranças e movimentos de massa, dinâmicas anômicas e enquadramentos institucionais. Em resumo, não se trata de defender a análise política como descrição do fato empírico encapsulado na crônica detalhista, nem reduzir a política às dimensões culturais do político e de suas expressões enquanto linguagem (Rosanvallon, 2010; Palti, 2020).

Em momentos de rotina e normalidade político-institucional, reconheço que a história política aqui sugerida teria pouco a dizer, e pouco se diferenciaria da crônica, e poderia ser absorvida por uma história institucional ou social da política. Por outro lado, quando o tempo curto da política se acelera – como nas crises, guerras, revoluções e golpes de Estado – a história política pode ajudar a analisar e compreender essas experiências extremas, cujo desfecho, muitas vezes, está mais ligado às ações ou omissões dos atores do que a um movimento lógico e pré-determinado do tempo histórico.

O roteiro narrativo dos eventos políticos em torno do golpe de 1964 e dos anos iniciais do regime são tributários, muitas vezes, de uma memória social produzida por jornalistas e cronistas políticos de época (Dines, 1964, Branco, 2007; Chagas, 2014). De fontes primárias que deveriam ser problematizadas, esses textos consolidaram narrativas de base empírica que se transformaram em “evidências”, propondo um roteiro de ações e reações, intenções, causalidades, conectando eventos e discursos políticos da época (Amado, 2008). Essa memória social em torno do golpe e da ditadura, consagrada em crônicas de época, ainda que agregada a novas fontes, pautou crônicas políticas posteriores publicadas na imprensa e em livros de grande sucesso e influência, escritos por jornalistas e cronistas (Gaspari, 2002), mas também foi incorporada, em suas linhas gerais, por historiadores pioneiros do período (Skidmore, 2004, Alves, 1984). Algumas visões, herdeiras das memórias sociais construídas ainda sob a ditadura, são particularmente enraizadas nessas narrativas políticas, tais como:

- A história do regime é, fundamentalmente, a história do conflito intramilitar dicotômico entre ‘linha moderada’ (“castelista”, “liberal”) e “linha dura”, terminologia, aliás, bastante complexa e fluida, que tem sido objeto da crítica historiográfica (CHIRIO, 2012).
- A primeira fase do regime foi uma “ditabranda” reativa, uma ditadura “envergonhada”, um regime difuso e hesitante conduzido por militares moderados, sem um projeto autoritário definido de reforma do Estado e da sociedade.
- O AI-5 foi um ponto de ruptura absoluto entre a “ditabranda” dos primeiros anos e o “Estado policial” dos anos 1970, como se fosse uma virada repentina do regime para a ditadura de fato, produto da pressão da “linha dura” sobre a “linha moderada” (tese do “segundo golpe”).
- O regime militar foi marcado pela ausência de um projeto ideológico ou político, predominando a incoerência doutrinária e a “anarquia” institucional e militar.
- A ‘distensão/abertura’ proposta por Geisel foi uma agenda linear e cumulativa de ações de liberalização política, inequívocas, desde sua posse em 1974, que abriu espaço para a normalização da vida política e para a transição democrática.
- O sistema repressivo baseado no terror de Estado (tortura, sequestro, execuções extrajudiciais e ‘desaparecimentos’) foi o resultado do descontrole dos grupos de repressão e dos excessos individuais dos seus agentes.

É preciso destacar que, desde meados da primeira década do século XXI, a historiografia de ofício sobre o golpe e o regime se ampliou, se adensou e avançou para novas abordagens, fontes e temas, como na análise dos discursos simbólicos e ideológicos do regime, das bases sociais de apoio, do funcionamento da máquina repressiva, das resistências política e cultural. Em 2004, Carlos Fico publicou um balanço crítico sobre a literatura acadêmica em torno do processo golpista e da construção do regime militar, cotejando as principais tendências de análise, mas sublinhando os desafios de uma história política que fosse além da narrativa empírica e que problematizasse as fontes primárias (Fico, 2004). Mais recentemente, o próprio golpe de Estado, finalmente, passou a ser o tema central de vários historiadores referenciais (Fico, 2014, Motta, 2021, Ferreira, 2024, Starling,

2024) que começaram a se afastar dos grandes modelos de análise oriundos de outras áreas do conhecimento e das armadilhas de memória construídas pelos relatos de época. Mas ainda há temas que necessitam de aprofundamento monográfico. Dentre eles, destaco três processos específicos e cruciais para entender o funcionamento político da ditadura: o processo golpista de 1964; as conexões entre sistema político autoritário e as formas repressivas do regime; o processo de “abertura” e transição política.

## A historiografia do golpe

Em relação ao golpe de Estado de 1964 como evento específico, podemos agrupar a literatura acadêmica em três grandes eixos explicativos, que acabaram estabelecendo “teses” clássicas sobre a queda de Goulart e a gênese da ditadura (Delgado, 2010; Napolitano, 2011):

- Tese do “colapso do populismo”, cujo argumento central é o esgotamento estrutural da “política de barganha” com o eleitorado popular e as concessões aos trabalhadores urbanos, que entraram em contradição com os padrões de acumulação de capital da modernização periférica brasileira (Ianni, 1994; Cardoso, 1975).
- Tese da “grande conspiração” vitoriosa, centrada na análise do cerco político, guerra psicológica e desestabilização do governo João Goulart como uma ação lógica, consciente e de sentido inexorável, coordenada por lideranças civis e militares (Dreifuss, 1981), com uma variável centrada no papel crucial da conspiração externa, liderada pelos Estados Unidos (Bandeira, 2010).
- Tese da “radicalização dos atores”, oriunda da ciência política de matriz institucionalista, destacando o déficit de democracia dos atores políticos, as dificuldades de se manterem coalizões estáveis para sustentar a governabilidade, o maximalismo de posições sobre as reformas (principalmente por parte do governo e da esquerda) e a tradicional fragilidade institucional brasileira. A conjunção desses fatores teria aberto a porta para a saída golpista da crise de 1964 (Santos, 1986; Figueiredo, 1993).

A crônica histórica de Elio Gaspari, pautada pela tese da “radicalização dos atores”, enfatizou o caráter caótico e improvisado das ações golpistas, bem como a inação daqueles que deveriam defender o governo constitucional (Gaspari, 2002). Além disso, esmiuçou a fragilidade política, a inabilidade e a inconsistência ideológica do governo João Goulart. O problema dessa perspectiva está em superdimensionar o caráter caótico, improvisado, imprevisto do golpe de Estado – visto como uma “comédia de erros” – que não teria, em princípio, um projeto claro para depor de João Goulart e impor uma nova ordem política militarizada. Voluntariamente ou não, essa visão reitera a memória dos próprios golpistas sobre a ausência de um projeto autoritário prévio, tema que analisaremos mais adiante. Em linhas gerais, entretanto, a literatura propriamente historiográfica mais estabelecida sobre o golpe oscila entre a “tese da conspiração” e da “radicalização dos atores”.

A primeira perspectiva informa trabalhos que tratam o golpe como contrarrevolução, produto da conspiração das elites civis e militares conectada à lógica da luta de classes para tomar o poder (Melo, 2014, Mattos, 2015, Toledo, 2006). Lucilia Neves Delgado, em um dos primeiros balanços historiográficos sobre o golpe de 1964, sugere que 1964 foi um “golpe preventivo”, voltado, sobretudo, contra a organização dos setores populares no processo reformista que se desenhava (Delgado, 2010). Por outro lado, na biografia de João Goulart, Jorge Ferreira articula a tese explicativa da conspiração com tese da crise institucional alimentada pela “radicalização dos atores”, jogando maior responsabilidade, nesta obra, para a esquerda brizolista extraparlamentar como desestabilizadora do ambiente político (Ferreira, 2014).

Em 2014, no contexto do cinquentenário do golpe, Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira analisaram com profundidade e detalhismo os eventos políticos em torno do governo Goulart, destrinchando a história política do golpe nos últimos três capítulos do livro (Gomes; Ferreira, 2014). Os autores intercalam análises próprias, apoiadas em fontes primárias (amplamente reproduzidas ao longo do texto) e depoimentos de personagens envolvidos no processo. O processo golpista foi analisado a partir de uma perspectiva inovadora, explorando a aceleração do tempo e a indeterminação inerente ao processo, ainda que

considerem não haver um projeto de ditadura embutido no processo golpista (Gomes; Ferreira, 2014).

No mesmo ano, Daniel Aarão Reis Filho publicou uma síntese sobre o período, lançando teses que ainda aguardam trabalhos monográficos de maior fôlego, como a “estranha derrota” da esquerda em 1964, que se aproximaria mais de um “capitulacionismo” do governo Goulart e seus aliados, ou seja, rendição sem resistência efetiva, além de reiterar o caráter civil-militar do regime e seus apoios espalhados pela sociedade (problematizando a tese da resistência generalizada da sociedade brasileira contra a ditadura), entre outras proposições polêmicas (Resis Filho, 2014). Mais recentemente, Rodrigo Patto Sá Motta também contribuiu para uma nova história política da ditadura, revisando o caráter do golpe de 1964 (“mais antiesquerdista do que antirreformista”) e esmiuçando a construção da “máquina política do regime”, mas ainda destacando a ausência de um plano de longo prazo por parte dos novos donos do poder (Motta, 2021).

A afirmação do caráter heterogêneo da coalizão golpista foi uma das faturas dessa nova historiografia. Essa coalizão foi formada por três núcleos mais ou menos autônomos: governadores e políticos de oposição mais interessados na sucessão presidencial sem a esquerda, por liberais históricos antivarguistas e por lideranças militares e empresariais, conectadas à Embaixada norte-americana. Paulatinamente, sobretudo a partir de outubro de 1963, eles convergiram para ações mais coordenadas e orgânicas, sempre pautadas pelo discurso anticomunista e pelo elitismo antipopular que condenava, de antemão, qualquer mobilização de trabalhadores pelas Reformas de Base.

A partir da identificação e demarcação dos vários núcleos da “coalizão golpista” contra Goulart, a historiografia ampliou sua agenda para temas monográficos, analisando detalhadamente a mobilização social da direita civil (Cordeiro, 2009) e da imprensa liberal (Carvalho, 2010; Fidelis, 2022). Além disso, um tema digno de destaque é a ampliação do conhecimento histórico sobre os contextos regionais da conspiração e do golpe de Estado, tema fundamental para entender as dinâmicas sociais ramificadas na sociedade brasileira que sustentaram o projeto golpista. A historiografia mais recente também começou a se afastar da tese dominante da “radicalização dos atores” como fator central do

golpe. Uma das críticas historiográficas mais detalhadas a essa visão institucionalista foi feita por David Ribeiro, em seu estudo sobre o conflito específico entre Poder Executivo e Poder Legislativo durante o governo Goulart, demonstrando como a crise é produzida e potencializada por projetos golpistas (Ribeiro, 2015).

Entretanto, a análise monográfica e detalhada do golpe de Estado de 1964 como evento de dimensões múltiplas e conectadas só recentemente vem pautando pesquisas propriamente historiográficas que, a partir de uma redução da “escala de análise”, está problematizando os grandes modelos explicativos para o processo golpista, (D’araujo; Joffily, 2019; Ferreira, 2024; Starling, 2024). Esses trabalhos demonstram que o golpe de 1964 se fez com “tanques e conspiração”, mas também foi produto de uma série de eventos conexos ao processo golpista, nem sempre planejados ou devidamente articulados.

Na minha perspectiva, em diálogo com esses novos estudos, devemos levar em conta que o golpe de 1964 envolve, ao menos, quatro variáveis de análise específicas, mas articuladas: a crise geral da “República de 46” (social/institucional/econômica); a conspiração – de natureza heterogênea – contra reformas sociais propostas pelas esquerdas; os interesses corporativos (civis e militares); a continuidade do projeto de modernização capitalista “conservadora”, sem os inconvenientes dos “conflitos distributivos” típicos de uma democracia em consolidação<sup>2</sup>. A partir dessas variáveis, seria possível olhar o golpe como “evento-processo”, no qual operam, dialeticamente, ações planejadas e reativas, a um só tempo. Partindo dessa premissa, a temporalidade específica do golpe deveria ser decupada em quatro momentos, marcados por eventos próprios mais articulados, com seus ritmos, marchas e contramarchas específicos (Napolitano, 2014):

---

<sup>2</sup> Um exemplo da construção de um projeto social e econômico de direita prévio ao golpe, com grande influência no governo Castelo Branco, foi a realização do Congresso Brasileiro para a Definição das Reformas de Base e a publicação do documento *Reformas de Base: a posição do IPES*, ambos de 1963. Ver: BRISO NETO, Joaquim Luiz. *O conservadorismo em construção: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e as reformas financeiras da Ditadura Militar (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – UNICAMP, Campinas, 2008.

- Momento 1: Crise político-institucional (dez./63 – mar./64) – conflito entre Poderes da República, acirramento do conflito social e “rebelião civil” das classes médias (“Marchas da Família”).
- Momento 2: Rebelião militar antigovernista (31/03 a 02/04), em contraste com o imobilismo do governo federal e das forças sociais reformistas e progressistas.
- Momento 3: Golpe parlamentar no Congresso Nacional – vacância da Presidência da República (02/04).
- Momento 4: Legitimação institucional – Ato Institucional (09/04) e “eleição”/posse do general Castelo Branco no Congresso Nacional, depois da cassação de cerca de 40 deputados.

Notemos que, no lugar de explicar o golpe a partir das conexões causais e lineares entre os eventos de 31 de março (rebelião militar) e 2 de abril (golpe parlamentar) e entre o 2 de abril ao 9 de abril (edição do Ato Institucional), prefiro decupar as ações e as reviravoltas a partir de uma certa indeterminação histórica, mas enquadrada por um projeto claro de tomada de poder por dois núcleos golpistas centrais: um núcleo civil centrado nos governadores estaduais e no empresariado, com destaque para o governador de Minas Gerais que tomou a iniciativa do processo; um núcleo militar orgânico centrado nos generais ligados aos comandos de Exército e Estado Maior. Uma periodização específica e detalhada do processo golpista, a partir de uma sintonia fina de captação dos eventos e suas conexões, permite compreendê-lo como a confluência de agências e estruturas, memórias e projetos de futuro, instituições e atores.

O evento matriz do processo golpista, se olhado no tempo curto e na escala reduzida foi, sem dúvida, a “rebelião militar” (“o tanque na rua...”), cuja dinâmica disruptiva e caótica, foi logo reordenada pelos núcleos mais organizados da “conspiração” que se alimentou e foi alimentada pela “crise política” (Ribeiro, 2015). Mas outro evento central foi sintomaticamente esquecido pela memória hegemônica que se construiu no fim dos anos 1970, a qual explicava o golpe como produto da mera ação militar (Napolitano, 2015): o golpe parlamentar de 2 de abril que decretou, em franca violação à Constituição, a “vacância da Presidência da

República” com João Goulart ainda em território nacional, empossando o deputado do PSD, Ranieri Mazzilli, como presidente interino.

Tratou-se de um golpe da mesa diretora do Congresso, presidida pelo conspirador Auro de Moura Andrade, contra o plenário, que não foi consultado sobre a “vacância”. O que deveria ser colocado sob escrutínio historiográfico foi a relativa facilidade com que o Congresso brasileiro aceitou a *manu militari* posterior na solução da crise de 31 de março<sup>3</sup>. Com mais de 40 colegas cassados, o Congresso elegeu, indiretamente o General Castelo Branco, nos termos do Ato Institucional de 9 de abril, assinado pela Junta Militar que se impôs no cenário político naqueles dias caóticos. Castelo, diga-se, era um conspirador mais articulado ao que poderíamos apontar como um núcleo central e orgânico da conspiração (IPES, Estado Maior, ESG, Embaixada norte-americana). Assim, o que começou como um ato de força do Presidente do Congresso se transformou em um golpe parlamentar institucional.

A edição do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, por sua vez, não pode ser vista como mera fachada jurídica do golpe de força, mas como o primeiro de uma série de atos jurídicos que instauravam uma ditadura ancorada na tradição do direito autoritário e conservador, cujas bases remontam, pelo menos, aos anos 1920 e 1930 (Rosenfield, 2021).

O golpe de 1964 foi lido, pelas esquerdas, a partir das experiências golpistas anteriores, sobretudo 1954 e 1961, revelando o lugar da memória para orientar ou (des)orientar a ação dos atores. Nessas datas, em que pese a gravidade dos acontecimentos, o regime liberal-democrático sobreviveu em sua essência, com a manutenção do calendário eleitoral e a posse dos eleitos. Além disso, ao abrir mão de uma resistência contundente contra militares rebeldes, João Goulart seguiu a tradição do seu padrinho Getúlio Vargas diante dos ultimatos militares de 1945 e 1954: não conchamar as massas trabalhadoras à resistência contra o golpe, “para não derramar sangue”, o que explica a “capitulação” das lideranças diante do golpe. Essa atitude poderia ser resumida em uma frase: “Dentro do

---

<sup>3</sup> Para uma história das relações entre Congresso Nacional e ditadura ao longo de todo o período do regime, ver: REGO, Antônio Carlos. *O Congresso Brasileiro e o regime militar (1964/1968)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

Estado, tudo. Fora do Estado, nada”, posto que a resistência popular seria uma aventura ainda mais imprevisível na perspectiva dessas lideranças que eram, fundamentalmente, homens de Estado. Apenas Leonel Brizola, de certa maneira, desafiou essa lógica de ação na crise sucessória de 1961, ao conclamar as massas a defenderem a posse de Goulart. Ainda assim, o fez apoiando-se em seu cargo de governador e na divisão do Exército, fatores que não se mais se colocavam em 1964.

A valorização da resistência social ao longo da ditadura contrasta, na historiografia, com a ausência de trabalhos aprofundados sobre as tentativas de resistência durante o processo golpista, consolidando a sensação da “estranha derrota” à base de capitulação das lideranças de esquerda (Reis Filho, 2014). Esse tema, aliás, representa um grande desafio heurístico, posto que o historiador que analisar o período pela ótica das fontes de imprensa e de documentos institucionais diversos, não conseguirá encontrar, propriamente, uma resistência organizada ao golpe de 1964. Nas páginas da imprensa liberal e conservadora, ou em cinejornais e telejornais de época, o golpe é visto como um acontecimento cívico e festivo, sem violências. Nesse ponto, as fontes orais de militantes, publicadas em papel ou registradas em vídeo, são importantes para o estudo das ações e iniciativas de resistência ao golpe. Mas, igualmente, pequenas notas de jornais e materiais audiovisuais ainda não explorados podem ser uma via de acesso para esse tema, sublinhando tanto esboços de resistência, como destacando a violência que foi minimizada ou invisibilizada nas manchetes e matérias de destaque da imprensa (Napolitano, 2020).

A leitura do processo golpista de 1964, com base na memória das crises e golpes passados, se mostrou equivocada. Para muitos, os efeitos do golpe seriam transitórios; em 1965 haveria eleições e tudo voltaria ao normal, talvez com um pouco mais de repressão à esquerda partidária e sindical, o que também não era propriamente uma novidade naquela contraditória República de 46. Para os mais argutos, entretanto, a edição do Ato Institucional acendeu a luz de alerta entre os próprios apoiadores do golpe, como algumas consciências liberais que orientavam a imprensa. O exemplo mais rápido dessa virada de posição política foi o jornal *Correio da Manhã*, órgão decisivo na derrubada de Goulart, mas que

quase imediatamente após o Ato Institucional passou a atacar veementemente o que percebia, corretamente, como a gênese de uma ditadura militar (Chammas, 2012).

As ilusões foram se dissipando ainda mais quando, três meses depois do golpe, o mandato de senador e os direitos políticos de Juscelino Kubitschek – cujo pragmatismo o tinha feito articular a eleição de Castelo com a promessa de um governo tampão até a próxima eleição – foram cassados. Na mesma época, Carlos Lacerda, um conspirador radical e histórico, foi um dos poucos a perceber a manobra de instalação de um novo regime, por ocasião do adiamento das eleições de 1965 e a prorrogação do mandato presidencial de Castelo Branco, sob a justificativa de fazer coincidir o calendário das diversas eleições (Presidente, governadores e parlamentares), e melhor “integrar” o exercício dos mandatos (Higa, 2014).

A percepção generalizada de uma “ditadura que veio para ficar” só se generalizou a partir do Ato Institucional n. 5 (Martins Filho, 2019; Napolitano, 2023). O fatídico 13 de dezembro de 1968 se transformou em um marco de ruptura da memória social, sobretudo de viés liberal. Nesse caso, também funcionou como uma espécie de álibi para a má consciência dos liberais que fizeram ou apoiaram o golpe de 1964. Em muitas narrativas publicadas em editoriais de imprensa, o “segundo golpe”, de 1968, teria traído os “ideais” do primeiro, efetuado em 1964 (Chammas, 2012; Napolitano, 2017), representando os liberais como “inocentes úteis” na construção da ditadura militar. A força dessa memória social foi tal que também marcou a periodização do regime, nomeando o período anterior (1964-1968) como “ditabranda”, periodização plena de armadilhas, mas frequentemente chancelada pela historiografia (Gaspari, 2002; Skidmore, 2004).

As análises da natureza e do processo do golpe de Estado de 1964 nos levam a refletir sobre a necessidade de revisar a história política do regime como um todo, a começar pelas operações mais básicas: Como nomear a ditadura? Como periodizá-la? Não por acaso, esses dois pontos vêm pautando o debate público e historiográfico sobre o período.

## História política e periodização

Periodizar é organizar a compreensão do tempo histórico, seus ritmos e conexões factuais, estruturais. Mas essa operação também significa estabelecer marcadores de memória histórica e social para a compreensão de um determinado processo ou de um período como um todo. Trata-se de uma operação analítica e descritiva a um só tempo, particularmente importante para a “história dos eventos”, pois estes têm local, data e duração, bem como para a “história processual”, permitindo avaliar durações temporais em várias esferas sociais e institucionais bem demarcadas. Por fim, “periodizar” também significa compreender criticamente a percepção do tempo histórico por parte dos atores da época estudada, geralmente os primeiros a propor conexões temporais entre os fatos e processos. Neste ponto é onde mais atuam as armadilhas da memória social, aqui considerada como um campo de disputa para estabelecer o sentido dos eventos para os que o viveram e para os pósteros. Portanto, nenhuma periodização é absoluta e inequívoca. Quando muito, ajudam a compreender de maneira acurada os processos, as viradas, as inflexões de um processo social, econômico, cultural ou político. Entretanto, as periodizações devem ser constantemente colocadas sob escrutínio, à luz de novas agendas de pesquisa e de novas fontes históricas.

Na análise do regime militar, as narrativas consagradas na literatura acadêmica e no debate público ainda são pautadas por uma periodização “tripartite”, fortemente ancorada na memória social liberal, chancelada pelos seus aliados táticos naquele momento, como os comunistas do PCB (Napolitano, 2015). Em linhas gerais, os estudos sobre a ditadura consagraram a seguinte periodização geral:

- 1964-1968 – Pré-Ato Institucional nº 5 (fase considerada por muitos como “moderada”, dada a relativa liberdade de expressão que ainda vigia na política e na cultura).
- 1969-1974 – “Anos de chumbo” (fase mais repressiva, montagem de um Estado policial-terrorista).

- 1975-1985 – “Distensão e Abertura” (fase marcada pelo abrandamento da censura e da repressão, pelo projeto de autorreforma do regime e pela saída negociada dos militares do coração do Estado).

Essa periodização pressupõe um ritmo político determinado pelo jogo de “fechamento-abertura” e pelos ciclos repressivos mais ou menos violentos impostos pelo regime. Em certa medida, ela é fruto da percepção dos fatos e processos pela imprensa liberal da época e pelos setores ligados à produção cultural, bem como por parte do sistema político-parlamentar, atores cujas memórias se transformaram em narrativas históricas muito influentes, trazendo consigo muitas lacunas e armadilhas para a análise. O mais problemático é que essa periodização embute em si uma interpretação de que a primeira fase da ditadura seria uma “ditabranda”, que pouco reprimiu a sociedade. Ao contrário dessa visão, os historiadores mais à esquerda vêm insistindo que, desde 1964, o regime já tinha um caráter ditatorial e autoritário, indo de encontro a cronistas e historiadores de matriz liberal (Gaspari, 2002; Villa, 2014), e que as opções autoritárias não foram apenas o resultado da pressão de uma “linha dura” militar, fantasmagórica e sempre onipresente (Fico, 2014; Martins Filho, 2019; Napolitano, 2014).

A violenta perseguição aos sindicatos, aos camponeses, o grande expurgo do sistema político, das Forças Armadas, a consolidação institucional e constitucional da lógica de Segurança Nacional são minimizadas ou diluídas por essa periodização tripartite. Chega a ser contraditório o processo de memória que consagrou o mito do “castelismo” nos anos 1970, consolidando a visão do governo Castelo Branco como um período “moderado” do regime. Essa representação não condiz com as publicações da própria imprensa liberal no fim do governo Castelo Branco, entre o final de 1966 e o começo de 1967, que era denunciado, sem meias palavras, como um “ditador” que teria se afastado dos “ideais de 1964”. Portanto, criticar a periodização tripartite, ainda que aceitemos boa parte de suas balizas, implica na revisão historiográfica da própria natureza do regime militar brasileiro e de seu lugar na história política do século XX.

A proposta mais polêmica para a revisão da periodização tem sido feita por Daniel Aarão Reis Filho, que demarca o ano de 1979 como o fim da ditadura, ao

menos como regime policiaisco e repressivo, com o início de um regime político híbrido – nem democracia, nem ditadura – que duraria até 1988. Nessa proposta, o ano de 1985 deixaria de ser um marco cronológico para o fim do regime. Entretanto, por mais provocativa e instigante que seja, essa periodização pode minimizar atos repressivos do regime posteriores a 1979, como a censura à imprensa e a pressão militar contra o Congresso Nacional no contexto da votação da emenda Dante de Oliveira e do movimento Diretas-Já.

Outra dimensão da periodização que poderia ser aprofundada é o estabelecimento de conexões entre as datas marcantes do golpe e do regime militar com outros eventos políticos do Século XX brasileiro, “problemático e febril”, sugerindo outras durações processuais para além do tempo curto do evento. Nesse sentido, pensar 1964 também significa pensar suas conexões com 1954, 1955, 1961, sem falar na conexão com 1937 e com a instauração do Estado Novo. Nesse último caso, ambas as datas estão ligadas a processos de modernização autoritária a partir da tomada do Estado, para além do caráter antigetulista da queda de Goulart, com muitos pontos em comum, tais como: o reforço das estruturas burocráticas de Estado e do poder discricionário da Presidência da República na tomada de decisões.

A qualificação da ditadura é outra pauta dos debates da história política do período: Ditadura ou regime? Ditadura militar ou Ditadura civil-militar? Ditadura empresarial-militar? Muitas vezes esse debate se limita a uma adjetivação tanto superficial e nominalista, marcada muito mais pelo voluntarismo crítico dos pesquisadores em denunciar os colaboracionistas e apoiadores do período do que em compreender a natureza política do regime.

Para além dos adjetivos em disputa, o núcleo desse debate deveria ser pautado pela necessidade em compreender o próprio funcionamento do regime, de suas estruturas políticas e de seu sistema decisório, marcados pela complexidade e pela contradição. A memória social progressista que se construiu a partir do final dos anos 1970, que eu chamo de “memória hegemônica” (Napolitano, 2015), dá conta da natureza policial repressiva do regime, mas tem mais dificuldades em compreender o funcionamento do modelo político autoritário e as conexões entre legalidade e ilegalidade nas práticas repressivas

do regime, inclusive as mais abjetas ligadas ao sistema de tortura e desaparecimentos forçados.

Nesse ponto, uma história política renovada da ditadura poderia ampliar e desenvolver pautas que já foram esboçadas em vários trabalhos (Fico, 2001; Joffilly, 2013; Patto, 2021), mas ainda não se consolidaram no debate público e nos materiais escolares. Em tempos de revisionismo ideológico e negacionismo sobre o caráter ditatorial do regime militar, que utiliza argumentos diversos como a incompatibilidade entre uma “suposta” ditadura e a realização de eleições regulares ou trocas de governo (“ditadura sem ditador”?), compreender a natureza política do regime e da repressão não é um mero exercício acadêmico. Dessa maneira, alguns pontos deveriam servir como enquadramento da compreensão crítica do modelo político autoritário e ditatorial que se estruturou como um regime político complexo. Arrisco sintetizar alguns deles.

Em primeiro lugar, é preciso reiterar que o modelo político da ditadura retoma o pensamento político e jurídico do autoritarismo brasileiro construído nos anos 1920 e colocado em prática a partir dos anos 1930, ao longo da chamada “Era Vargas” (Rosenfield, 2021). Por outro lado, também se afasta desse modelo varguista em muitos aspectos. Entre as continuidades está a centralização político-administrativa no ente federal e no Poder Executivo nacional. Dito de outro modo, os militares sabiam que precisavam do apoio dos governadores e das elites regionais, mas procuravam limitar sua autonomia federativa através do reforço do Estado Nacional brasileiro. Tal como no regime varguista dos anos 1930 e 1940, os militares aprofundaram a hipertrofia do Poder Executivo e, no epicentro deste, a Presidência da República. A diferença central entre os anos 1930/40 e os anos 1960/70 reside no fato de a natureza do poder do Presidente da República não vir de sua pessoa, mas de seu cargo, ainda que fortemente associado à posição da pessoa na hierarquia militar. A despersonalização do regime foi uma marca fundamental para entendermos a ditadura como um “Regime de Generais”, patente *sine qua non*, não se postulava o cargo de Presidente. Esse debate nos leva ao debate sobre o caráter militar ou civil-militar daquele regime político.

Nos últimos anos, nomear o regime como “civil-militar” tem soado como uma espécie de acusação da cumplicidade dos amplos setores da sociedade civil

que não só apoiaram, mas forneceram quadros e sustentaram politicamente a ditadura. O debate sobre a correta nomeação da ditadura tem uma função política importante no plano da memória social, combatendo a visão de que os militares foram os únicos responsáveis pelo golpe e pela ditadura, ao mesmo tempo em que se absolvía a sociedade civil como vítima inocente do autoritarismo (Rollemberg, 2006). Por outro lado, também é preciso problematizar a visão de uma “anarquia militar” como a dinâmica predominante da ditadura, perspectiva construída a partir de uma leitura do valor de face das fontes palacianas do Governo Geisel (Gaspari, 2002).

Nem “ditadura coesa e monolítica”, nem “anarquia militar”, o regime militar brasileiro foi bem sucedido na construção de um regime complexo e ancorado na tradição institucional e legalista do autoritarismo brasileiro (infelizmente, diga-se, para quem acredita na democracia como caminho histórico para vida republicana). Obviamente, reiterar o caráter prioritariamente militar do regime não visa esfumegar as graves responsabilidades políticas e ideológicas dos civis que o apoiaram e que, em alguns casos, foram seus beneficiários diretos, como o grande empresariado transnacional. O problema está em adjetivar o debate historiográfico sem compreender o funcionamento da máquina estatal e política da ditadura, elemento central na definição da natureza de um regime político.

## A historiografia e o modelo político da ditadura

Em grande parte, a história política da ditadura também foi estabelecida a partir de perspectivas e modelos analíticos da sociologia política, da economia e da ciência política, ancorados em arsenal teórico herdeiro de tradições diversas, como a institucionalista, estruturalista e marxista. Coube aos historiadores de ofício alimentar esses modelos explicativos com novas fontes, novos fatos, novas análises de processos específicos mas que, sintomaticamente, não priorizaram processos políticos cruciais, como golpe, construção do regime e transição política. Os grandes modelos explicativos para esses processos políticos ainda não foram revisados a partir de uma nova perspectiva historiográfica, ao contrário das análises específicas do golpe de Estado de 1964, que começam a ser problematizadas.

Autores clássicos dessas áreas pautaram as interpretações sobre a natureza, as estruturas e as formas do sistema político do regime, modelando, portanto, as bases de sua história política. A literatura oriunda da sociologia e da ciência política é particularmente importante (Alves, 1984; Cardoso, 1975; Codato, 1994; Fernandes, 2006; Martins Filho, 2019; O'Donnell, 1988;). O modelo político da ditadura passou a ocupar o debate a partir do momento em que o meio acadêmico percebeu que o golpe não era transitório, mas sim o início de um novo modelo de regime. A teoria da modernização e do papel do Estado capitalista neste processo – democrático, fascista, corporativista ou autoritário – foi adaptada para o caso de países subdesenvolvidos e economicamente dependentes como o Brasil.

O conceito de autoritarismo de Juan Linz (Linz, 1964, 1973) é frequentemente citado como chave analítica para o caso brasileiro, marcado por características observáveis na primeira fase da ditadura, como o “pluralismo limitado” e fraco “conteúdo ideológico”. Um dos conceitos mais influentes no debate sobre a natureza da ditadura brasileira surgiu nos trabalhos de Guillermo O'Donnell (1973), preocupado em entender as ditaduras corporativas europeias e as novas ditaduras latino-americanas, qualificadas como regimes “burocráticos-autoritários”, marcados por uma liderança impessoal e calcada na posição institucional na burocracia de Estado (Collier, 1982).

Portanto, esse modelo seria diferente dos fascismos e corporativismos tradicionais, pois não havia apelo à mobilização social, como forma de organização e representação tutelada da sociedade no Estado. A relação entre modernização capitalista e formas autoritárias de Estado foi aprofundada por Florestan Fernandes (2006), a partir do conceito de “autocracia burguesa”. O foco da sua análise eram as ações políticas da “burguesia nacional”, ainda que dentro de um quadro de dependência, e nas relações de classe, enxergando os militares como “grupo de controle” no bloco hegemônico de classe – garantindo superconcentração de poderes no Estado e supressão dos direitos dos trabalhadores. Fernandes retoma o paradigma explicativo para o golpe como crise estrutural entre a forma democrática da política e os conflitos de classe, em choque com a lógica de acumulação de capital em condições de dependência,

estendendo essa linha de análise para compreender a máquina política da ditadura.

O debate fortemente calcado nas variáveis da teoria da modernização de viés economicista e sociologizante começou a dar lugar a um modelo de análise de matriz institucionalista cujo autor mais influente foi Alfred Stepan (1975). Em seus trabalhos, as dinâmicas internas da burocracia militar interagem com as formas de intervenção política desse grupo, que se enxergava como um novo “poder moderador” dos conflitos institucionais e políticos. Stepan incorporava a dicotomia entre militares moderados e “duros” dentro de uma lógica ação institucional orientada por interesses corporativos. Seu trabalho abriu espaço para uma nova premência da política como determinante da história do período, particularmente influente em uma geração de cientistas políticos que se debruçaram sobre 1964 e seus desdobramentos, a começar por Maria Helena Moreira Alves (Alves, 1984).

O campo historiográfico começou a produzir uma nova história do regime a partir, principalmente, dos anos 1990, ainda que muito concentrada nos temas caros à história social e à história cultural. Alguns temas se destacaram nessa época, como a luta armada e a repressão política, a vida cultural sob a ditadura e os movimentos sociais e a luta por democracia dos anos 1970 e 1980.

A coletânea organizada por João Roberto Martins Filho sintetizou as novas perspectivas e abordagens sobre a crise de 1964, o papel da imprensa nos anos de chumbo, a importância da cultura e da batalha de memórias sobre a ditadura, as suas conexões internacionais e a questão da homossexualidade no contexto da luta armada (Martins Filho, 2006).

No contexto do cinquentenário do Golpe, sob o impacto do *boom* de memórias sobre a ditadura, várias revisões historiográficas transbordaram os limites acadêmicos e pautaram debates na imprensa. Por exemplo, a questão dos apoios sociais à ditadura, tema tabu da memória de esquerda sobre o período, e o caráter civil-militar do regime. A coletânea, publicada em 2014, por Daniel Aarão, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta, atualizou a agenda e os resultados de pesquisa, consolidando temas e perspectivas que iam além de uma visão dicotômica e simplista da história do golpe e da ditadura como um conflito entre

vítimas e vitimários, resistência e repressão, civis democráticos e militares autoritários. Nos textos que compõem a coletânea, os autores buscavam uma visão mais complexa sobre as dinâmicas temporais da ditadura, a modernização econômica e suas contradições, os jogos de acomodação e resistência, os apoios sociais e as dinâmicas da máquina repressiva, entre outros temas (Motta; Reis Filho; Ridenti, 2014).

As narrativas traumáticas das vítimas e a necessidade de compreender a natureza do terror de Estado impulsionaram novos trabalhos historiográficos sobre a máquina repressiva e seus efeitos de longo prazo na sociedade, como a violência policial contra populações vulneráveis e marginalizadas (Manso, 2012; Teles; Saflatle, 2010). O relatório da Comissão Nacional da Verdade, finalizado em 2014, por outro lado, estimulou novas pesquisas sobre a repressão a populações e grupos sociais até então pouco conhecida, como camponeses, indígenas, lésbicas e travestis, além da conexão entre a repressão política mais ampla e o controle dos trabalhadores nos interiores das fábricas (Heredia, 2023).

Apesar desses avanços temáticos e da amplitude de perspectivas historiográficas desde o início do século XXI, a questão do funcionamento político da ditadura, buscando-se características estáveis ao longo dos seus 20 anos de duração, ainda é um desafio historiográfico (Fico, 2017).

O “Regime de Generais” da ditadura brasileira era pautado pela lógica da Segurança Nacional o que o conecta às outras ditaduras militares do Cone Sul. O inimigo interno, tal como nos outros regimes da região, era o “comunista”, nome dado para um “subversivo” genérico que ameaçava a coesão da sociedade “cristã e ocidental” e a unidade da “Pátria”. A diferença da ditadura brasileira em relação às outras da América do Sul residia, na minha perspectiva, em seus objetivos estratégicos. A prioridade dos militares brasileiros, nesse caso, era reformar mais o Estado do que a sociedade (ao contrário da ditadura argentina, por exemplo).

A partir do controle do Estado, devidamente alinhado com os “objetivos nacionais permanentes” de “Segurança e Desenvolvimento”, os militares desenharam um conjunto de normas e regras voltadas para a gestão tecnocrática dos “conflitos distributivos” entre as classes sociais, para a modernização do “capitalismo associado” brasileiro e para a tutela do sistema político (incluindo

aqui, o sistema partidário). Nesse projeto, os Atos Institucionais desempenharam um papel fundamental, para além de uma mera “fachada jurídica”. Ao contrário, os 17 Atos Institucionais e a centena de atos complementares foram a essência do processo de institucionalização legalista do autoritarismo brasileiro (Cattai, 2018; Lima, 2018; Napolitano, 2023), a base jurídica e política do novo regime, fundamental para impor uma ditadura burocrática e impessoal, diminuindo os riscos do personalismo de lideranças militares e da anomia intrínseca a esses processos históricos (com efeitos deletérios, sobretudo, para a estabilidade de própria burocracia militar). Também visavam evitar a anomia do exercício do poder político discricionário, que dotava o Presidente de amplos poderes, mas que poderia colocar em risco o próprio funcionamento corporativo das Forças Armadas. Isso explica a lógica de se escolher sempre um General de 4 estrelas, preferencialmente mais antigo na hierarquia, para ser candidato à Presidente da República.

O AI-5, que amplia a repressão e a tutela política, com especial impacto para a classe média politizada, sem dúvida, foi um marco que não pode ser minimizado. Mas ele não deve obscurecer a importância de outro marco político-jurídico que, acredito, estabelece de fato uma ditadura calcada na preponderância do Poder Executivo, militarizado, sobre os demais poderes e sobre o sistema político: o AI-2 de outubro de 1965. Esse momento é frequentemente explicado como uma das primeiras conquistas da “linha dura” contra o “castelismo”, explicação que também deve ser revisada à luz da nova história política do regime (Martins Filho, 2019). A partir de 1965, com o AI-2, o regime consolidou uma progressiva militarização da administração do Estado, e de seus processos decisórios, reduzindo o sistema político-parlamentar ao papel de legitimador de suas decisões e espaço de negociação assimétrica com as elites regionais.

Vale destacar que, além dos ministérios militares, ministérios de função civil foram ocupados por militares (ou ex-militares) ou militarizados, como o da “Integração Nacional”, “Educação”, “Minas e Energia”. A reforma do Estado e a crescente militarização da administração pública blindavam esses espaços das pressões “distributivas” vindas da sociedade e dos movimentos sociais, sobretudo do operariado, vistas pelos militares como caminho para a “subversão”, para a

dispersão dos “objetivos nacionais” de “desenvolvimento e segurança” e para o “caos inflacionário”. Esse modelo era exercido por um tripé político-administrativo central na ditadura: ao lado da alta oficialidade militar, que coordenava o processo decisório, juristas conservadores e quadros técnicos civis de alto nível, devidamente distribuídos na máquina política, tocavam a administração pública. Os juristas conservadores controlavam o Ministério da Justiça e os técnicos modernizantes se ocupavam da Economia e seus órgãos burocráticos. No topo desse sistema, havia Conselhos centrais que poderiam arbitrar decisões em momentos mais graves, como o Conselho de Segurança Nacional, o Conselho Monetário Nacional e o Conselho de Desenvolvimento Econômico (sobretudo no Governo Geisel).

O reforço do papel do Estado nacional ampliou os famosos “anéis burocráticos” (Codato, 1997; 2023) como mediadores entre a política e os interesses econômicos do empresariado. Se esse modelo se revelou eficaz para alavancar a industrialização e o crescimento econômico entre o golpe de 1964 e a fase do “milagre econômico”, a partir de meados dos anos 1970 começou a não se mostrar tão eficaz diante das novas características e demandas do capitalismo internacional (Codato, 1997; Fonseca, 2005). Não por acaso, naquele momento, parte dos empresários descobriu que vivíamos em uma ditadura, a qual ajudaram a construir, diga-se, e passaram a demandar por democracia, associada à desestatização da economia.

A complexa combinação entre hipertrofia do Poder Executivo, militarização do processo decisório do Estado, reforço de uma elite técnico-administrativa civil e aparato repressivo deve ser analisada em seu conjunto, podendo constituir uma nova abordagem para a história política da ditadura. Para além de narrativas que opõem “duros X moderados” ou que enfatizam o caráter improvisado e pragmático do regime, é preciso compreender as conexões entre esse modelo político mais amplo e o funcionamento da máquina repressiva. A conexão entre ambos – máquina política e repressão – nos remete a outro processo histórico que ainda demanda pesquisas historiográficas mais monográficas: a “Abertura política” que, em minha perspectiva, é marcada menos pela busca de uma transição democrática e mais pela tentativa de institucionalizar os princípios

tutelares da ditadura, “constitucionalizando” a repressão e, conseqüentemente, diminuindo o papel do “Terrorismo de Estado” e de suas práticas ilegais.

## Modelo político e repressão

A análise do modelo repressivo conheceu grande avanço com os trabalhos de Carlos Fico e Mariana Joffily (Fico, 2001; Joffily, 2013). No entanto, ainda é possível aprofundar as conexões da máquina de terror de Estado e espionagem com aparato legal da repressão. Isso também implica em reconhecer, como premissa de análise, que o caráter ditatorial do regime vai além das práticas de terror de Estado que marcaram os “Anos de chumbo”.

Por se tratar de um regime autoritário “desmobilizador” e “tutelar”, a ditadura brasileira combinou um aparato *legal* de tutela e repressão política com um aparato *ilegal* de “Terror de Estado”, sempre visando combater e neutralizar ativistas e críticos, bem como isolar lideranças políticas e culturais de oposição de bases sociais populares. O funcionamento desse modelo começou bem antes do AI-5. Quando observamos o governo Castelo Branco sem o filtro do “castelismo moderado” inventado posteriormente, percebe-se a amplitude e o grau de intervenção e criação de instrumentos de tutela autoritária sobre o Estado e sobre a sociedade: Lei de Greve, Estatuto da Terra, Plano de Ação Econômica do Governo, Reforma Administrativa, Lei de Imprensa, Lei de Segurança Nacional, Nova Constituição. Definitivamente, essas reformas profundas não eram coerentes com um “governo tampão” ou de essência “liberal” como se anunciava em abril de 1964. Estavam mais para um projeto de autoritarismo institucionalizado de longo prazo que, em si mesmo, nos possibilita problematizar a tese da “ditabranda”. Em outras palavras, antes de 1968, a ditadura já se tratava de um regime autoritário, de natureza ditatorial, com práticas de violência policial, mas sem um sistema repressivo à base de “terror de Estado”.

Essa estrutura repressiva do regime, obviamente, se chocava com práticas de resistência de atores institucionais ou sociais, e, ao seu modo, foi marcada por conjunturas de maior ou menor endurecimento político. Ainda assim, seria possível identificar uma engrenagem repressiva que se manteve ao longo dos 20

anos de ditadura, com maior ou menor virulência, e que poderia ser resumida da seguinte maneira:

- a) Aparato normativo de repressão voltado para a *gestão* político-administrativa (Constituição, Atos Institucionais, Atos Complementares, Decretos etc.) utilizado para tutelar os Poderes constitucionais, o sistema político, as burocracias de Estado em seus diversos níveis. Esse aparato também servia para normatizar e enquadrar práticas e para expurgar a máquina de Estado e o sistema político de quadros indesejáveis para o regime (cassações de mandatos e de direitos políticos, aposentadorias compulsórias, exonerações e demissões).
- b) Aparato repressivo legal de *tutela* político-social (Atos Institucionais e complementares, Inquéritos Policial-Militares, Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa, Decreto 477, leis de censura, Lei de Greve, CLT etc.) utilizado para controlar e reprimir não apenas o cidadão, individualmente falando, ou as instituições políticas de Estado, mas também movimentos sociais e culturais, sindicatos, associações civis e profissionais. Nesse caso, os indiciados eram submetidos aos ritos jurídicos processuais, ainda que profundamente deturpados pela ótica autoritária e limitados em seu funcionamento prático.
- c) Aparato de vigilância e *repressão política* (Serviço Nacional de Informações, Assessorias de Segurança e Informação, polícias políticas, órgãos de inteligência militar, DOI-CODI, Polícia Federal, ASI) que operavam no limbo entre legalidade e ilegalidade, com uso amplo e sistemático, mas seletivo, de práticas de “terrorismo de Estado” contra organizações de resistência e de ativismo político que se aproximassem daquilo que a Doutrina de Segurança Nacional, na leitura do general Golbery do Couto e Silva (Couto e Silva, 1967), chamava de “antagonismos”, ameaçadores à “unidade” da Pátria e à “organicidade” social.
- d) Aparato de *vigilância e controle social* (polícias civis, polícias militares), integrado à lógica autoritária e militarizada do regime, que atuava na repressão dos grupos sociais populares em seu cotidiano, combatendo tanto práticas ilegais de criminosos comuns, como atos sociais divergentes à lógica disciplinar e conservadora de “ordem social” imposta pela ditadura.

É importante destacar que essas quatro instâncias repressivas interagiam, eram fundamentadas em algumas legislações comuns, como os próprios Atos Institucionais e a Lei de Segurança Nacional, e eram sustentados pela lógica repressiva geral, pautada pela militarização do Estado. A premissa a ser aprofundada em outros estudos é que, mesmo antes do AI-5, o regime já tinha um caráter ditatorial, mas ainda não ancorado em um terror de Estado sistemático, o que não quer dizer que não havia tortura no Brasil antes de 1969. Mas é inegável que esse novo modelo repressivo à base de prisões ilegais e torturas, sistematizado e integrado a partir de 1969, dado o seu impacto social na imprensa e nos produtores de cultura, aliado a uma censura prévia implacável e ao aprofundamento da militarização do Estado, provocou uma nova percepção social da ditadura, mais tarde nomeada como “anos de chumbo”.

Ainda assim, é fundamental que uma história política renovada consiga explicar a lógica repressiva da ditadura para além desse momento agudo da repressão e, ao mesmo tempo, compreendê-lo não como um “excesso”, mas como uma política de Estado conectada a uma lógica repressiva mais ampla e estruturada, articulando as práticas de terror de Estado da Doutrina de Contra Insurgência às práticas policiais e jurídicas da repressão ancoradas em leis de exceção vigentes desde 1964.

A chegada de Ernesto Geisel ao poder, em 1974, foi acompanhada de uma nova expectativa social, em parte alimentada pelo novo grupo militar no poder, de uma “liberalização” do regime. Na imprensa da época, entusiasta do projeto de “Abertura”, não é incomum a representação das promessas de Geisel como uma via para a futura democratização política, pavimentada pelo fim da censura prévia, fim do terror de Estado, fim das torturas, fim das cassações de parlamentares, volta das eleições diretas para os cargos executivos. Essa percepção se manteve, mesmo quando os eventos da época sinalizavam o contrário, ou seja, quando expressavam a continuidade das práticas violências, discricionárias e repressivas do regime, inclusive as francamente ilegais.

Os dois primeiros anos do governo Geisel foram marcados pelo recrudescimento da repressão – com o aumento de desaparecimentos forçados – pelo recrudescimento da tutela sobre o sistema político e pela manutenção da

censura. Apesar disso, o discurso da “Abertura” e as ações de Geisel contra a “linha dura” foram saudados e até superdimensionados na memória social, tornando-o uma espécie de herói involuntário da transição democrática. Exemplo dessa memória liberal em torno de Geisel foi a decretação de luto oficial por ocasião da sua morte em 1996, em pleno governo Fernando Henrique Cardoso, ex-exilado e herdeiro da oposição, com a emissão de uma nota oficial que destacava o empenho de Geisel “pelo fim da repressão e pela redemocratização”.

A partir de 1979, com o Governo do General João Figueiredo, a fundamentação jurídica da repressão se deslocou dos “Atos Institucionais” para o conjunto das leis de exceção diluídas na ordem jurídica regular, as “salvaguardas” constitucionais e legais da tutela e repressão política. Essa nova base legal do regime revela a capacidade política da ditadura em se adaptar às pressões sociais e institucionais contra o autoritarismo, mantendo o controle geral do processo político, ainda que tivesse que negociar, cada vez mais, com lideranças liberais moderadas e quadros parlamentares fisiológicos que percebiam que o tempo da ditadura estava se esgotando. Entretanto, não podemos nos esquecer de que o período pós-1979 também foi marcado por ações abertamente terroristas conduzidas por um núcleo de militares da “comunidade de informações”, como os atentados à bomba contra a OAB (1980) e contra o show musical de Primeiro de Maio no RioCentro (1981), entre outras ações. A diferença é que essas ações já não tinham a autorização e a chancela do alto escalão do regime, mas tampouco eram efetivamente combatidas por ele.

## Resistência, “abertura” e transição democrática

A partir de meados dos anos 1970, a questão da transição democrática passou a ser prioritária para os trabalhos de ciência política, ampliando o debate sobre o modelo de Estado (Cardoso, 1975; O’Donnell; Schmitter, 1988; Stepan, 1986). As posições em torno do tema oscilam entre a importância da sociedade civil para uma transição negociada e o triunfo de um modelo imposto a partir de uma estratégia de retirada estratégica dos militares no poder (Mathias, 1995; Mello, 1989). Adriano Codato, buscando uma síntese desse debate, destaca que a participação social não teria influenciado na forma da transição, mas no ritmo da

transição, uma formulação particularmente instigante para uma reflexão historiográfica (Codato, 2023).

Nesse sentido, seria importante, no campo da historiografia, pensar tanto no ritmo da transição, suas temporalidades e conexões específicas, quanto na própria forma. Algumas perguntas fundamentais ainda podem ser aprofundadas pela historiografia política do regime: O *ritmo* das pressões sociais da oposição ao regime teria influenciado, de alguma maneira, a *forma* da transição política, seu aparato político-institucional e jurídico? Qual o papel da resistência civil na crise do regime militar? A pressão social incidiu sobre a forma da transição ou apenas no seu ritmo? Qual o papel histórico da luta armada? Qual o papel histórico da cultura na memória da resistência?

Durante os vinte anos de ditadura, a relação entre Estado e Sociedade foi dinâmica, indo de um grau maior ou menor de apoio passivo, distanciamento crítico e adesão ufanista. No geral, a historiografia social e política destacou a resistência, civil e armada, como um tópico central na história da ditadura. Mais recentemente, entretanto, muitos autores têm criticado uma visão superdimensionada e romantizada da “resistência”, destacando as adesões (Cordeiro, 2015; Quadrat; Rollemberg, 2010; Reis Filho, 2000) ou os “jogos de acomodação” entre governo e sociedade (Motta, 2014). Certos grupos sociais, como a classe média escolarizada das grandes cidades, sempre se mantiveram críticos do regime, embora, salvo suas franjas estudantis radicalizadas nos anos 1960, pouco fizessem para combatê-lo de fato. Além disso, a classe média brasileira vivenciou a contradição de ser, a um só tempo, epicentro da oposição política e beneficiária indireta das políticas de modernização econômica capitalista.

A resistência à ditadura pode ser analisada a partir de alguns ciclos históricos bem delimitados, envolvendo vários espaços e instituições sociais não necessariamente excludentes entre si: eleitoral-parlamentar, institucional, artístico-cultural, sindical, societária, além de um leque ideológico amplo (de liberais-conservadores à extrema-esquerda).

Há um primeiro ciclo que foi de 1966 a 1968, marcado por grandes manifestações públicas contra o regime, quando as massas estudantis e, em

menor grau, operários politizados, confrontaram a ditadura, ampliando seu desgaste, mas não a ponto de provocar uma “queda do regime” ou uma transição para um governo civil. O efeito direto do primeiro ciclo de resistência civil foi a “deslegitimação do regime” junto às classes médias, com a ruptura momentânea da coalizão golpista e do consenso buscado pelos militares, a ponto da vertente de apoio civil mais importante do Golpe, o lacerdismo, formar uma Frente Ampla com antigos inimigos políticos, João Goulart e Juscelino Kubitschek. Outro efeito desse ciclo é que a percepção da “crise” e da “Revolução em risco” unificou as várias correntes militares no endurecimento repressivo do regime. Assim, ao contrário do que aponta a memória liberal, a crise de 1968 não opôs os militares da “linha dura” e os moderados, ao contrário, unificou-os contra os “inimigos da Revolução” (Codato, 2023; Martins Filho, 2019).

Outro ciclo de resistência se seguiu, entre 1968 e 1976, marcado pela expansão da luta armada de esquerda e pelo forte sistema de repressão que o regime montou para isolar os guerrilheiros do conjunto da sociedade, aprofundando sua já notória carência de bases sociais. Nesse ciclo, não houve atos massivos de protesto, à exceção dos atos religiosos por ocasião das mortes sob tortura do estudante Alexandre Vanucchi Leme (1973) e do jornalista Wladimir Herzog (1975), de grande impacto social, mas concentrados em torno da Catedral da Sé em São Paulo. A historiografia daquele período focou na análise dos grupos armados clandestinos (ALN, VPR-VAR, PC do B, entre outros), suas estruturas internas, táticas e ideologias, suas dificuldades de conseguirem apoio na sociedade (Reis Filho, 1990; Ridenti, 2010; Sales, 2007).

O debate historiográfico também discutiu o caráter da resistência armada: se fundamentalmente “marxista-revolucionária”, portanto longe de qualquer veio democrático (Reis Filho, 2000) ou se parte da “resistência democrática” genérica, ainda que oriunda de uma tradição não liberal (Ridenti, 2015). Outro tema historiográfico que vem se afirmando é a atuação dos movimentos sociais não armados e movimentos culturais no período dos “anos de chumbo” (Kaminski, 2022; Muller, 2016), bem como os apoios e adesões da sociedade civil durante o período em que a ditadura conseguiu grande adesão popular (Amato, 2022; Cordeiro, 2015)

Com a derrota definitiva da luta armada, em 1974, os estudos sobre as resistências civis não armadas, de natureza política e cultural deram o tom dos estudos da historiografia e da sociologia. A partir de 1977, esses movimentos protagonizaram um novo ciclo massivo de protestos de rua contra a ditadura, adensados por movimentos de base popular e trabalhadora, mas também por um novo tipo de classe média, escolarizada e assalariada, mais progressista e sindicalizada (Saes, 1985). A questão dos protestos de massa também mereceria uma análise integrada dos vários movimentos e atores, posto que esse tipo de protesto era visto com grande preocupação pela ditadura (Napolitano, 2002).

O primeiro ciclo de manifestações de massa (1966-1968), com o protagonismo do movimento estudantil, deveria ser mais articulado na análise historiográfica ao segundo ciclo de manifestações de massa (1977-1984), iniciado pelo movimento estudantil, mais logo protagonizado pelo movimento operário, movimentos sociais, e pelas classes médias. Dentro dos próprios protestos é possível perceber mudanças de pautas e palavras de ordem, como no caso dos estudantes, que entre 1966 e 1968, debatiam sobre as opções do movimento de massa ou luta armada, enquanto em 1977 a pauta foi dada pelo tema das “liberdades democráticas”. Já os protestos operários, marcados pelas greves de 1968 (Osasco/SP e Contagem/MG) e pelas Greves do ABC paulista de 1978 – 1980 articularam a “questão operária” e a “questão democrática”, incorporando o tema da democracia dentro das relações de trabalho e das burocracias sindicais.

A partir dos anos 1980, um grande esforço foi feito pela área de sociologia para mapear e analisar a emergência de “novos sujeitos” sociais que se levantavam contra a ditadura: operários, comunidades religiosas, movimentos de bairro, intelectuais, profissionais liberais (Monteiro, 2017; Sader, 1988). Mais recentemente, outros sujeitos começaram a ser destacados na luta antiautoritária, como a juventude negra, gays, lésbicas, mulheres, indígenas (Green; Quinalha, 2023). Os estudos monográficos são fundamentais para dar luz às lutas e pautas específicas, mas ainda resta o desafio de situá-los em uma dinâmica mais ampla e articulada tanto à “resistência geral” quanto às formas específicas de repressão política que vinham do regime.

Portanto, o que se chama genericamente de “resistência civil” ao longo de todo o regime (1964-1985), tema clássico da história social e cultural, ainda pode comportar novas abordagens que se articulem a uma história política do período, deixando de analisar de maneira voluntarista e idealizada a luta dos “subalternos”, dos “de baixo”, e integrando-a às dinâmicas políticas mais amplas vindas de “cima”. Nessa perspectiva, alguns temas ainda precisam ser aprofundados.

O frentismo político durante a ditadura como forma organizativa da oposição política é um desses temas (Chammas, 2024; Lima, 1995). A questão da “frente” de oposição, em suas diversas acepções, pautou boa parte dos debates a partir de 1964, ganhando força nos anos 1970, e entrando em colapso, sobretudo após 1980, com a divisão partidária das esquerdas entre trabalhistas, petistas e comunistas que optaram pelo PMDB. Quais suas bases ideológicas? Qual o papel efetivo dos comunistas do PCB, principais fiadores do frentismo? Qual o lugar dos liberais na imprensa e nas associações civis que combateram o regime? Qual o papel efetivo da “Carta aos Brasileiros” em 1977, para a ruptura da consciência liberal com a ditadura? Quais as marcas de uma oposição de classe média marcada pelo radicalismo democrático, aqui definido como meio termo entre o liberalismo e o socialismo?

Uma nova história política do regime deve aprofundar a crítica da memória da “Abertura”, bem como aprofundar seu lugar no processo político mais amplo, evitando uma visão linear do processo que, uma vez iniciado por Ernesto Geisel, teria acumulado liberdades públicas sem contramarchas até o fim do regime, em 1985, conforme prega a memória liberal tão comum na imprensa e em parte da historiografia. Um ponto de partida para essa reflexão seria decupar a análise da “Abertura” em três períodos:

- 1974 a 1977: período no qual haveria um predomínio dos projetos de institucionalização da ditadura combinados com o abrandamento do controle repressivo que vetava o debate público sobre a política, principalmente na imprensa. De resto, a máquina repressiva continuava funcionando, e não havia perspectiva de transição efetiva.

- 1978 a 1982: período marcado pelo aumento dos protestos sociais e pela formação de um “pacto democrático-popular” (Bresser Pereira, 2021) que exigiu a

proposição de uma agenda de transição controlada, que passava pela Lei de Anistia, Lei de Reforma Partidária e, no limite, volta das eleições diretas para governadores de Estados.

- 1983 a 1985: período menos estudado, marcado pelo reforço do vetor liberal-moderado da oposição como condutor da transição política a um governo civil aceitável pelos generais. Além disso, nesses últimos anos do regime, ampliou-se o desgaste do modelo político do “Regime de Generais” junto à sociedade como um todo, dado o agravamento da crise econômica.

Essa decupagem visa evitar a linearidade causal na análise da “Abertura”, bem como destacar que a agenda da transição não estava dada no começo do Governo Geisel. Na minha perspectiva, ela só foi construída, a rigor, no último ano do seu mandato, em reação à sociedade civil e aos movimentos sociais que ameaçavam sair do rígido controle social imposto pela ditadura, voltando a ocupar as ruas com grandes protestos de massa. Portanto, uma periodização crítica da transição política deveria destacar mais os anos de 1977 e 1978 do que o mandato de Geisel como um todo.

Isso implica em reiterar que a história da transição política não pode ser vista como um jogo puramente institucional, de atores políticos ligados aos sistemas estatal, parlamentar e partidário, mas como um conjunto de pressões sociais e políticas nas quais “ritmo” e “forma” foram resultado de uma interação conflitiva entre o regime (que buscava se institucionalizar), o sistema político (cada vez mais ocupado por liberais moderados a partir de 1979) e a sociedade civil (cada vez mais marcada, a partir de 1977, por movimentos sociais de oposição à ditadura de ampla base social, ao contrário da luta armada). O ano-chave de 1979 e a Lei de Anistia foram fundamentais na reconstrução de identidades políticas e ideológicas que selaram um modelo de transição (Monteiro, 2016). Na mesma época, as esquerdas consolidaram a transição do paradigma da “revolução” ao paradigma da “democracia/Direitos Humanos”, demarcando uma nova forma de contar sua própria história ao longo da ditadura (Reis Filho, 2000).

Por último, mas não menos importante, cabe lembrar que uma nova abordagem da história das resistências e da transição democrática deve incorporar o problema da memória enquadrada da ditadura, consolidada

justamente entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, marcada pela afirmação de uma ‘memória *hegemônica*’ de matriz liberal-progressista que contrasta com a ausência de uma ‘história *oficial*’ (Napolitano, 2015; Rollemberg, 2006). A transição democrática foi fundamental para a consolidação de uma memória social crítica à ditadura mas que, paradoxalmente, foi fundamental para a legitimação política do modelo de transição negociado, neutralizando projetos de ruptura jurídica e política com vários elementos e legados do autoritarismo, sobretudo no campo econômico e no aprofundamento da política de Direitos Humanos pós-ditadura. A clássica formulação de que os militares teriam “perdido a batalha da memória” também deve ser problematizada à luz do crescimento das novas direitas pós-2015, e da persistência de uma memória nostálgica e defensora da ditadura em amplos segmentos sociais brasileiros.

No contexto dos 60 anos do golpe de 1964, a percepção de uma cultura política autoritária de longa duração, para além do contexto da Guerra Fria, vem pautando os debates entre os historiadores. Tudo indica que essa persistente cultura política autoritária, que por vezes parece acomodada e adormecida nas relações sociais cotidianas, passou a reivindicar publicamente o seu lugar como solução de conflitos políticos e manutenção de certa ordem social hierárquica, como reação aos avanços democráticos, ao protagonismo de movimentos populares e à mobilização por conquista de novos direitos.

Permito-me encerrar este artigo com uma proposição que conecta o início da ditadura ao seu fim, pensando a “questão democrática” e seu lugar na acidentada história republicana brasileira. Fala-se muito em fracasso da democracia, ou déficit democrático do regime de 1946 para explicar o golpe de Estado de 1964, ou ainda que o fracasso da democracia pós-1988 ajuda a explicar a ascensão das novas direitas autoritárias extremistas, saudosas da ditadura. Mas, será que o colapso de 1964 e os desafios autoritários deste século XXI não foram forjados justamente pelo motivo oposto? Ou seja, não por causa dos muitos defeitos e limitações do regime de 46 e da democracia de 88, mas pelos seus poucos avanços na inclusão social e no pleno exercício da cidadania política?

Talvez essa nova equação para compreender a ditadura e seus “órfãos” possa ajudar a fortalecer as dimensões éticas e epistemológicas do trabalho do historiador em tempos difíceis, combinando objetividade e engajamento.

## Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMADO, João. **Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias**: os idos de março e a queda em abril, a primeira narrativa do golpe de 1964. Dissertação (Mestrado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

AMATO, Gabriel. **Aula prática de Brasil no Projeto Rondon**: estudantes, ditadura e nacionalismo. São Paulo: Alameda, 2019.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil. 8. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BRANCO, Carlos Castello. **Os militares no poder**: de 1964 ao AI-5. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **A construção política e econômica do Brasil**: sociedade, economia e Estado desde a independência. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARVALHO, Aloisio. **A rede da democracia**: O Globo, O Jornal e Jornal Do Brasil na queda do Governo Goulart. Niterói: Editora UFF, 2010.

CATTAL, Júlio. **A revolta dos fatos contra a lei**: antitotalitarismo e modernização jurídica no Brasil da Guerra Fria. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e os golpes dentro do Golpe**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

CHAMMAS, Eduardo. **A ditadura militar e a grande imprensa**: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2012.

CHAMMAS, Eduardo. **Os dilemas do frentismo democrático: o MDB e as esquerdas nas páginas da imprensa de resistência entre 1973 e 1979.** 2024. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2024.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro, Zahar 2012

CODATO, Adriano. **Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64.** São Paulo: Hucitec: ANPOCS; Curitiba: Ed. da UFPR, 1997.

CODATO, Adriano. **Ditadura militar: nove ensaios sobre a política brasileira.** Lisboa: Edições 70, 2023.

COLLIER, David. Resumo do modelo autoritário-burocrático. *In*: COLLIER, David (org.). **O novo autoritarismo na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 27-40.

CORDEIRO, Janaina. **Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CORDEIRO, Janaina. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento.** Rio de Janeiro: FGV Editora: FAPERJ, 2015.

COUTO E SILVA, Golbery. **A geopolítica do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). *In*: FERREIRA, Jorge; Delgado, LUCILIA de A. N. (org.). **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização. Quarta República (1946-1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. (Coleção O Brasil Republicano). v. 5. p. 11-48.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia.** Tempo, Niterói, v. 14, n. 28, p. 123-143, jun. 2010. DOI: 10.1590/S1413-77042010000100006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>. Acesso em: 02 maio 2011.

DINES, Alberto *et al.* **Os idos de março e a queda em abril.** Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1964.

DREIFUSS, Rene. **1964: a conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** [Rio de Janeiro]: Globo Livros, 2006.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart, uma biografia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge. Nove dias de abril de 1964: da democracia liberal à ditadura militar. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 16, n. 41, e0301, 2024. DOI: 10.5965/2175180316412024e0301. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180316412024e0301>. Acesso em: 17 abr. 2024.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. (Coleção FGV de Bolso).

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017. <https://doi.org/10.5965/2175180309202017005>.

FIDELIS, Thiago. **Preto no Branco**: as crises políticas e institucionais nas páginas de O Estado de São Paulo e Última Hora. São Paulo: Dialética, 2022.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas?**: alternativas democráticas à crise política (1961 - 1964). São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado**: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2023.

HEREDIA, Cecília. **Os dias eram assim**: verdade, memória e história nos relatórios finais das Comissões da Verdade da Argentina, Paraguai e Brasil. 2023. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

HIGA, Carlos Cesar. **“Exilado em seu próprio país”**: a narrativa lacerdiana sobre a política pós-1964. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem:** os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). São Paulo: Edusp, 2013.

KAMINSKI, Leon. **A revolução das mochilas:** contracultura e viagens no Brasil ditatorial. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022.

LIMA, Danilo Pereira. **Legalidade e autoritarismo:** o papel dos juristas na consolidação da Ditadura Militar de 1964. 2018. Tese (Doutorado em Direito) – Unisinos, Porto Alegre, 2018.

LIMA, Hamilton. **O ocaso do comunismo democrático:** o PCB na última ilegalidade (1964-1984). 1995. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Unicamp, Campinas, 1995.

LINZ, Juan. An authoritarian regime: the case of Spain. *In:* ALLARDT, Erik. & LITTUNEN, Yrjö. (orgs.). **Cleavages, ideologies and party systems:** contributions to comparative political sociology. Helsinki: The Academic Bookstore, 1964. p. 291-341.

LINZ, Juan. The future of an authoritarian situation or the institutionalization of an authoritarian regime: the case of Brazil. *In:* STEPAN, Alfred. (org.). **Authoritarian Brazil:** origins, policies, and future. New Haven: Yale University Press, 1973. p. 233-254.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna:** a dinâmica militar das crises políticas da ditadura. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2019.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1964 e o regime militar.** novas perspectivas. São Carlos: Edufscar, 2006.

MANSO, Bruno Paes. **Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010:** uma análise dos mecanismos da escolha homicida e da carreira no crime. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MATHIAS, Suzeley. **Distensão no Brasil:** o projeto militar (1973-1979). Campinas: Papirus, 1995.

MATTOS, Marcelo Badaró. O Sentido de Classe do golpe de 1964 e da Ditadura: Um debate bibliográfico. *In:* **1964:** 50 anos depois – a ditadura em debate. GRIMALDO, Carneiro Zachariadhes (org.). Aracaju: EDISE, 2015. p. 35-83.

MELO, Demian Bezerra. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. *In:* MELO, Demian Bezerra (org.). **A miséria da historiografia:** uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 157-188.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Golbery revisitado: da abertura controlada à democracia tutelada. *In*: MOISÉS, José Álvaro; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (orgs.). **Dilemas da consolidação democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 199-222.

MONTEIRO, Thiago Nunes. **Como pode um povo vivo viver nesta carestia: o movimento do custo de vida em São Paulo (1973-1982)**. São Paulo: Humanitas, 2017.

MONTEIRO, Lucas. **As dinâmicas da luta pela anistia na transição política**. São Paulo: Tordesilhas, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto S. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto S. Passados presentes. **O golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto S.; REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, M (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MULLER, Angélica. **O movimento estudantil na resistência à ditadura militar: 1969-1979**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura e poder no Brasil contemporâneo**. Curitiba: Juruá, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. O Golpe de 1964 e o Regime Militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. **Contemporânea**, Montevideo, v. 2, n. 2, p. 209-218, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar**. São Paulo: Intermeios, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer. As dinâmicas e as vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar no Brasil. **Antíteses**, Londrina, 2015, v. 8, n.15, p. 9-44, nov. 2015.

NAPOLITANO, Napolitano, M. O golpe de Estado (1964) no Brasil visto por um cinejornal soviético. **Fotocinema. Revista Científica De Cine Y Fotografía**, Málaga, 20, p. 29-54, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. O general e o guarda da esquina: o lugar do AI-5 na história política e na memória da ditadura militar brasileira. *In*: ROSENFELD,

Luis; LIMA, Danilo (org.). **História constitucional brasileira**. 1. ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2023. p. 1-35.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, 2017.

O ´DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philip. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1988.

O ´DONNELL, GUILLERMO. **Modernization and bureaucratic-authoritarianism**. Berkeley: Institute of International Studies, University of California at Berkeley, 1973.

PALTI, Elias. **O tempo da política: o século XIX reconsiderado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (org.). **A construção social dos regimes autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Esquerdas, ditadura e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, David. **Da crise ao golpe de Estado**. São Paulo: Hucitec, 2015.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. *In*: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30-47.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. *In*: MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. São Carlos: Edufscar, 2006. p. 81-91.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

ROSENFELD, Luis. **Revolução conservadora: genealogia do constitucionalismo autoritário brasileiro (1930-1945)**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2021.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SAES, Décio. **Classes médias e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: T.A. Queiroz, 1985.

SALES, Jean. **A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a revolução cubana**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. Rio de Janeiro: Vértice, 1986.

SILVA, Hélio. **1964: golpe ou contragolpe?** 4. ed. Porto Alegre: LP&M, 2014.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

STARLING, Heloisa. **A máquina do golpe**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STEPAN, Alfred. **Os militares da Abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 19, p. 27-48, 2006.

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira (1964-1985): democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: Leya, 2014.